

MIAR

crossref

Diadorim



Faculdade Santo Agostinho

revista fsa



WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung

latindex

Sumários.org

e-revist@s

www2.fsanet.com.br/revista

Revista FSA, Teresina, v. 11, n. 1, art. 13, p. 242-254, jan./mar. 2014

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2014.11.1.13>

**AUTORITARISMO, ABERTURA POLÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS:
UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES
DA DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

**AUTHORITARIANISM, POLITICAL OPENING AND SOCIAL MOVEMENTS: A
CONTRIBUTION TO DEBATE ON POSSIBILITIES AND LIMITS OF
DEMOCRACY IN CONTEMPORARY BRAZIL**

Márcia Pereira da Silva*

Doutora em História/Universidade Federal de Minas Gerais
Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
E-mail: marciapereirasilva@gmail.com
Franca, São Paulo, Brasil

*Endereço: Márcia Pereira da Silva

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca. Av. Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900, Jardim Dr. Antônio Petrágliã, CEP: 14409-160, Franca/SP, Brasil.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 17/11/2013. Última versão recebida em 11/12/2013. Aprovado em 12/12/2013.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

O artigo analisa a abertura política brasileira de meados da década de 80 do século XX, no intuito de contribuir para o atual debate sobre as possibilidades e limites da democracia no Brasil contemporâneo.

Palavras-Chaves: brasil. Autoritarismo. Abertura política. Democracia. Movimentos sociais.

ABSTRACT

The article analyzes Brazilian political opening in the mid-80s of XX century, in order to contribute to the current debate on the possibilities and limits of democracy in contemporary Brazil.

Keywords: Brazil. Authoritarianism. Political Opening. Democracy. Social Movements.

INTRODUÇÃO

Recentemente, o Brasil conheceu manifestações populares que suscitaram o debate nacional. As passeatas que ficaram conhecidas na mídia por “jornadas de junho” foram protagonizadas por diferentes grupos sociais, tiveram início em virtude de descontentamentos em relação aos transportes públicos e terminaram por agregar várias demandas políticas e sociais, cuja melhor expressão talvez seja mesmo democracia.

Apesar das várias interpretações possíveis sobre a política e as manifestações sociais que ocorreram no Brasil no ano de 2013, bem como as inúmeras possibilidades de se pensar o país na contemporaneidade, duas coisas são certas: 1) o Brasil apenas ensaia seus primeiros passos em relação à consolidação da democracia; e 2) o debate sobre as possibilidades e limites de nossa democracia passa pela compreensão da história recente do país, incluindo o período da abertura política vivenciada no final dos governos militares brasileiros (1964-1985), ocasião em que se configuraram as características administrativas e legais ainda em vigor no Brasil.

Nesse sentido, esse artigo pretende contribuir para o debate sobre a construção da democracia brasileira, analisando aspectos da derrocada dos governos militares e do autoritarismo instituído no Brasil desde 1964. O texto intenciona analisar como a concepção de que a saída das Forças Armadas do comando do poder foi obra do esgotamento interno da dinâmica do governo autoritário e não fruto das manifestações sociais contribui para a crença de que não há força ou disponibilidade política suficiente entre a população civil (ou povo brasileiro) para decidir seu próprio destino.

As concepções historiográficas sobre a crise nas Forças Armadas e a abertura enquanto retorno da tutela política

Hoje, é amplamente difundida a crença de que a percepção dos altos custos da continuidade dos governos militares orientou a ação de seus membros, militares e parceiros, no sentido de programarem a distensão. Na versão do grupo militar que conhecemos como castelistas, quando o preço para manter-se no centro do poder político da nação ficou alto demais fez-se urgente a volta aos quartéis. Argumentou o General Golbery:

Não nos resta outra opção. Momentos muito mais favoráveis não foram, dantes, aproveitados, por motivos que aqui não cabe pesquisar. Mas isso, de

qualquer forma, não justificaria o retardar-se ainda mais aquele processo descentralizador, já há muito reclamado como necessário e urgente. Além do que, as pressões contrárias, hoje fortes e quase insuportáveis, voltariam a acumular-se aceleradamente pondo em risco a resistência de todo o sistema, nessa enorme panela de pressão em que (...) veio a transformar-se o organismo nacional, após década e meia de crescente compressão.¹

Apesar de o General Golbery reconhecer na afirmação anterior que havia oposição à permanência das Forças Armadas no comando político da nação, ou “pressões contrárias”, todo o discurso do governo produzido e difundido no período da distensão caminhou no sentido de fazer crer que a abertura política acontecia somente em virtude de estarem concretizados os objetivos do “movimento revolucionário de 1964”.

A ideia oficial, na abertura, foi sedimentar uma consciência positiva acerca dos governos militares, sobretudo pela crença de que as Forças Armadas deixavam voluntariamente o comando do Estado.

O grupo militar mentor do processo de distensão e de abertura partia do pressuposto de que era necessário que as estratégias postas em andamento, naquele momento, fossem eficientes no sentido da construção de uma consciência coletiva favorável ao regime como um todo.²

O projeto de abertura envolveu todo o grupo militar, mesmo que nem todos concordassem com ele. As Forças Armadas estavam divididas entre o setor castelista, que concebeu e comandou a distensão, e a conhecida linha dura oposta ao projeto, grupo contra o qual os primeiros empreenderam certa ação de controle e punição para propiciar a abertura política.

Nas décadas de 70 e 80 do século XX havia militares que defendiam a redemocratização e, por outro lado, oficiais que admitiam a importância do projeto, mas alegavam que ainda era muito cedo para que as Forças Armadas deixassem o governo do Estado. Argumentavam os militares da “linha dura” que o governo ainda tinha muitos adeptos, não sendo propícia, para o momento, a abertura.

O pesquisador Eliézer Rizzo de Oliveira concorda com a ideia de que ainda era possível aos militares continuarem no governo por algum tempo. O autor afirma que quando foi concebida a distensão, ainda havia grande adesão à continuidade do arbítrio por setores da classe média (mesmo que esses discordassem da violência utilizada pela polícia política); os

¹ SILVA, Golbery do Couto e. Apud: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994, p. 106.

² REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: UEL, 2001, p.290.

movimentos sindicais estavam sob controle e os opositores já tinham, em maioria, sido aniquilados. Na visão do autor, nem mesmo os articuladores do Movimento Democrático Brasileiro – MDB ameaçavam efetivamente a política instituída.³ Ainda para o autor, o projeto de distensão tinha objetivos políticos e militares. A intenção era resolver as contradições no interior das Forças Armadas, no sentido de restaurar, na medida do possível, a unidade da corporação que continuaria representando, em anos posteriores, papel fundamental na soberania da nação. Era preciso recuperar "a lógica da instituição militar, a qual se funda na hierarquia e na disciplina que lhe dão a previsibilidade e a regularidade das organizações burocráticas".⁴ Ao mesmo tempo, objetivava-se devolver o comando do poder político aos civis, sem correr o risco de serem alteradas as relações de força entre privilegiados e não privilegiados já reafirmadas ao longo do período dos governos militares nos moldes da dominação capitalista. Em resumo, setores militares conceberam a distensão como a necessária descentralização do poder do Estado em substituição à excessiva centralização verificada em torno da corporação militar; centralização, aliás, que os castelistas afirmaram nunca ter feito parte dos planos da "Revolução de 1964".

Segundo Eliézer Rizzo de Oliveira a crise em que se encontrava mergulhado o governo advinha de contradições entre o aparelho militar e o governo instituído desde 1964. Ele aponta três contradições entre os militares enquanto governo e o conjunto da corporação. A primeira delas abrange a sempre frequente oposição entre castelistas e linha dura. Os castelistas ascenderam no primeiro ano dos governos militares, mas o General Costa e Silva ficou com a indicação do Ministério do Exército. Com ele, a linha dura consolidou-se nas tarefas da repressão: condução de inquéritos, montagem de processos e toda a extensa gama de relatórios e leis que se destinavam a fundamentar cassações de mandatos ou de direitos políticos e perseguições várias. Os conflitos entre os dois grupos opuseram os encarregados da função política do Estado, presidente e similares, aos que se dedicavam à prática da função repressiva. Essa contradição permaneceu nos anos que se seguiram, mesmo que em alguns momentos um ou outro grupo tenha tido maior expressão. O resultado dos frequentes enfrentamentos entre os dois grupos foi a progressiva militarização do Estado. A presidência da República se tornou o mais alto posto militar. Os militares passaram a ocupar diversos cargos administrativos, numa só lógica: "a militarização do Estado como forma de controle social e político". As formas que ganharam tal militarização foi motivo de divergências dentro

³ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

⁴ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

da corporação militar, fato que contribuiu para a crise interna do governo, materializada nos frequentes desentendimentos entre os militares. Além da crescente militarização do Estado ocorreu uma ascendente politização das Forças Armadas, segunda contradição apontada por Rizzo para a crise interna. Segundo o autor, o aumento da politização das instituições militares levou a um "alto nível de autonomia" do aparelho repressivo em relação aos demais centros formais de decisão militar. A capacidade de ação autônoma dos agentes encarregados da repressão refletiu na falta de unidade e previsibilidade das ações militares, características muito prezadas pelas Forças Armadas. Muitas vezes as ações empreendidas pelo aparato repressivo fugiram do controle dos oficiais diretamente ligados à função política do Estado, aumentando a instabilidade. Por fim, a terceira contradição descrita por Rizzo deriva da constatação de que, ao sobrepor as funções do aparelho militar as competências do governo, o Estado brasileiro sugeriu, mesmo sem querer, que demandas sociais deveriam ser feitas aos militares enquanto instituição. Na impossibilidade de atenderem às crescentes ambições por direitos políticos e melhores condições econômicas, a culpa pela pobreza e desventura de todo tipo recaiu sobre a corporação militar. Tal fato aumentou a insatisfação para com a permanência das Forças Armadas no comando político da nação, aumentando a crise externa.

Na perspectiva deste trabalho de investigação, cumpro ressaltar uma quarta contradição não mencionada por Eliézer de Oliveira: os problemas enfrentados pelos governos militares na repressão aos "subversivos". A tarefa da repressão foi entregue ao setor mais conservador das Forças Armadas, defensores de uma coerção e violência que os grupos que estavam no comando político do Estado queriam esconder. Nos primeiros anos dos governos militares, a ação difusa e nem sempre organizada dos movimentos de esquerda correspondeu a reações mais amenas da polícia política se comparadas com a repressão da década de 1970. Com a afirmação dos governos militares e a radicalização das ações de seus opositores, a exemplo da opção pela guerrilha urbana e rural, o aparato repressivo ganhou contorno mais acabado até se tornar uma eficiente máquina no emprego da força e da violência contra os indivíduos considerados inimigos da segurança nacional. Os inimigos dos governos militares foram definidos como inimigos do país que precisavam ser eliminados enquanto oposição. O emprego de estratégias condenáveis, como a tortura, na obtenção de informações e no desmantelamento das organizações guerrilheiras foi considerado eficiente e, por isso mesmo, amplamente utilizado. Com o tempo, a violência do opressor ganhou grande visibilidade na sociedade em geral. A contradição está no fato de que as mesmas ações que propiciaram o firme controle da oposição defendido em nome da estabilidade também aumentaram a instabilidade, na direta proporção em que tornava explícita a violência com que

os governos militares tratavam seus opositores, sempre em nome da manutenção da lei e da ordem.

Segundo Eliézer Rizzo de Oliveira, as contradições e crise das Forças Armadas divididas entre governo e instituição nunca foram solucionadas, mas sim acomodadas em cada governo até se tornarem insustentáveis a ponto de confluírem para a abertura.⁵

De fato, há vários autores que consideram que não era grande a oposição aos governos militares nos primeiros anos da década de 70 do século XX, período em que começou a tomar corpo o projeto de distensão. Eles acreditam que a oposição então existente não chegava a exercer pressão externa a ponto de ameaçar a permanência das Forças Armadas no comando político da nação. A oposição à presença dos militares no governo só aumentou de fato em fins da década de 70 e durante a de 80. Dessa perspectiva, considera-se o projeto de distensão.

Alfred Stepan é outro autor que acredita que a crise que resultou na abertura política adveio de contradições originadas no interior das Forças Armadas, oriundas, sobretudo, da crescente autonomia do aparelho de segurança.⁶ Nessa linha de análise, a transição política para a democracia seria um projeto de setores militares interessados em desocupar "o centro do poder político para assumir a função de tutela sobre o governo civil" e em recuperar a unidade das Forças Armadas.⁷

Chamou-nos a atenção o fato de que essa abordagem não valoriza os movimentos sociais de oposição aos governos militares como elementos essenciais para a abertura política.

Obviamente, os autores mencionados anteriormente debruçaram-se sobre determinados aspectos da distensão, mas não desconhecem as manifestações populares pela redemocratização. O que queremos é enfatizar que as análises que constituíram podem deixar a sensação aos leitores mais desavisados, mesmo que para o desgosto dos autores mencionados, de que a sociedade civil não foi importante para a configuração da distensão.

A relevância da oposição às Forças Armadas não passou despercebida para Sérgio Abranches. Segundo o autor, a partir de 1968, houve

um amplo e gradual movimento de crise e recomposição do regime, que tem como contraponto ora ações e manifestações de forças sociais, que resultam em ampliação do espaço de ação autônoma dos setores subjugados da

⁵ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

⁶ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994, p.106.

sociedade. Ora reações e contra-ações do regime, que tendem a diminuir este espaço ou anular temporariamente a operação de mecanismos que vão sendo desenvolvidos para permitir, precisamente, o prosseguimento da transição.⁸

Historicamente afirmamos que o governo autoritário foi forçado a planejar a devolução⁹ do poder político para a sociedade e que tal processo não resultou, por seu próprio caráter, em revoluções e debates populares que indicassem sua trajetória.

Aqui é necessário tratar da dialética da "devolução" e da "conquista". A afirmação de que o projeto da abertura nasceu e se tornou possível dentro das próprias Forças Armadas não pretende desconsiderar o papel dos grupos que se opuseram ao governo militar. Falamos de devolução quando o assunto é o planejamento da abertura e em conquista quando incorporamos a sociedade em geral nessa fase da história nacional.

A "devolução" do poder político aos civis, quando planejada, não incorporou debates sociais acerca do modelo de democracia que se pretendia ou não adotar para o Brasil. As ações em prol da redemocratização não foram precedidas de debates nacionais na ocasião em que foi planejada a distensão. Mesmo que alguns setores sociais tenham aprovado e até se envolvido com a abertura, o Brasil que deveria emergir do período do governo militar era, na visão dos castelistas, um país sob o comando da elite que do militarismo tinha se privilegiado. No entanto, no decorrer da implantação do projeto não foi possível desconsiderar a ação de setores vários, incluindo organizações não partidárias e os próprios partidos políticos.

Mesmo que a abertura tenha sido cuidadosamente planejada no interior do Estado, o "Brasil democrático" ganhou contornos que, se muitas vezes atendeu às demandas militares de autonomia para o desempenho da função política, também incorporou reivindicações de grupos organizados da sociedade civil. No entanto, a maioria da sociedade acabou concordando com os termos da abertura proposta pelos militares.

No plano político-institucional, o governo Geisel definiu a abertura *lenta, segura e gradual*. Para isto, Geisel contava com a grande maioria dos políticos em atividade, e também com o apoio da sociedade, sobretudo dos grandes centros urbanos, hostis à ditadura, mas também adversária de políticas radicais de enfrentamento. Mas foi necessário enfrentar resistências.¹⁰

⁸ ABRANCHES. *Crise e transição*: uma interpretação do movimento político nacional.

⁹ Sérgio Abranches, ao analisar a transição do Estado autoritário para a democracia afirmou que o termo devolução bem explica "o dilema da transição" brasileira. Escreveu o autor que a abertura política objetivou "quebrar o monopólio de poder que se constituiu através da imposição de uma forma de organização da direção política da sociedade autoritária e burocrática". ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Crise e transição*: uma interpretação do movimento político nacional. *Revista Ciências Sociais*, v.25, n.3, Rio de Janeiro, 1982, p.310.

¹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.13. (Série Descobrimos o Brasil)

Segundo Carlos Nelson Coutinho, há um “risco contido nessa forma de transição relativamente ‘negociada’. Nela se verifica sempre (...) a combinação de processos ‘pelo alto’ e de processos provenientes ‘de baixo’; e, decerto, é o predomínio de uns ou de outros o que determina o resultado do *terminus ad quem* da transição”.¹¹ Ainda para o mesmo autor, em virtude de terem predominado, no processo da abertura política brasileira, as forças “do alto”, a mesma acabou reproduzindo,

ainda que “atenuados” e “modernizados”, alguns dos traços mais característicos do tradicional modo “prussiano” e “passivo” de promover as transformações sociais do Brasil. Uma transição desse tipo, que poderíamos chamar de fraca, implica certamente numa ruptura com a ditadura implantada em 1964, mas não com os traços autoritários e excludentes que caracterizam aquele modo tradicional de se fazer política no Brasil.¹²

Aos poucos a legislação, por meio de diversas alterações, foi dando forma ao projeto de abertura, cuja essência era objetivar a permanência de extensas prerrogativas políticas aos militares nos governos democráticos pós-autoritarismo.

É verdade que o projeto de distensão apareceu no momento em que era mais forte e predominante a presença do aparelho militar no cenário político nacional, mas aquele era também o momento de grande repressão. Naqueles anos, o desenvolvimento econômico não se mostrava mais capaz de determinar comportamentos de aprovação e concordância com os governos militares, como havia feito nos primeiros anos do “milagre brasileiro”, constatação que, por si só, traz à tona a importância da sociedade em geral para a legitimidade do governo que a representa. Cientes das limitações da aprovação das Forças Armadas no comando político da nação, um grupo de militares defendeu, ainda no princípio dos anos 70, a permanência do controle autoritário do poder político associada com tentativas de criação de rotinas que permitissem a redemocratização.

Assim, ao mesmo tempo em que o descontentamento dos excluídos aumentava, também cresciam as cisões entre o grupo (ou grupos) que cercavam (ou davam base) ao governo. Isso não criou grupos de opositores que fizessem uma revolução, mas aumentou a crise política, uma vez que o espaço político fragmentou-se. Nessa situação, o Estado conseguiria reacomodar as questões economicamente, se conseguisse atender aos interesses de uma parte considerável de pessoas ou grupos. No entanto, politicamente, aprofundou-se a

¹¹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo* – questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992, p.52.

¹² COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo* – questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez, 1992, p.53.

segmentação estrutural do Estado, aumentando a visibilidade da competição entre os diferentes segmentos ligados ao governo.

No governo Médici, economicamente, “mantendo reprimidas as reivindicações populares e tendo em vista a ampliação geral de recursos promovida pela aceleração da acumulação, foi possível atender a praticamente todos os outros interesses na sociedade, com raras exceções”. Politicamente,

o caráter ‘dividido’ do Estado vai se acentuando à medida em que aumentam a competição entre frações e segmentos sociais ligados ao regime e à disputa por espaço decisório e controle de recursos (econômicos, políticos, organizacionais) entre jurisdições e agências estatais com alto grau de autonomia.¹³

No entanto, mesmo que o governo Médici tenha conseguido reacomodar a eminente crise política pelo crescimento econômico, com o tempo, a

capacidade geral de regulação, alocação de recursos, definição de prioridades e organização e seleção de interesses decresce rapidamente, no exato momento em que se torna mais necessária, para recomposição interna da coalizão de sustentação política do regime. A situação deteriora-se ainda mais, como disse, em períodos de crise, pois à falta de capacidade política, adiciona-se a escassez de recursos.¹⁴

A fragmentação leva a medidas de regulação autoritária que aumentam o descontentamento e reafirmam a própria fragmentação: “Trata-se da fragmentação dos agentes e centralização e concentração do processo decisório”.¹⁵

Os conflitos internos e externos são internalizados porque o governo da época excluiu as possibilidades de os conflitos políticos serem discutidos e solucionados (ou não) pela sociedade quando coibiu os tradicionais canais de representação social – partidos, sindicatos, etc. Com a internacionalização dos conflitos, “o Estado tornou-se o epicentro das crises, dos conflitos e da competição pelo poder”. O resultado é que “no limite, a crise do regime atinge os centros nervosos do Estado. A ruptura do ‘consenso pela ordem’ dissolve a coalizão político-militar de sustentação do regime”.

¹³ ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Crise e transição: uma interpretação do movimento político nacional*. *Revista Ciências Sociais*, v.25, n.3, Rio de Janeiro, 1982, p.312.

¹⁴ ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Crise e transição: uma interpretação do movimento político nacional*. *Revista Ciências Sociais*, v.25, n.3, Rio de Janeiro, 1982.

¹⁵ Idem, p.314.

Finalmente, vale lembrar que "a crise de legitimidade é geral, inexorável, enquanto permaneçam o autoritarismo e a exclusão econômica e social, traços indelévels da fisionomia do regime".¹⁶

É fato que embora seja inegável que a crise interna na composição do governo autoritário impactou decisivamente na abertura política, também não podemos desconsiderar a pressão social de setores populares e dos manifestantes de esquerda, incluindo a guerrilha armada urbana e rural, pela retomada da democracia no Brasil.

Chamamos a atenção para o fato de que a crise interna e a externa que impulsionou a distensão¹⁷ abarcaram desde o acirramento de oposições sempre presentes no interior das Forças Armadas até o aumento de pressões oriundas da sociedade em geral (incluindo os setores que apoiaram os governos militares e os que se opuseram a eles) pela retomada de participação política, passando por questões econômicas com o fim do chamado "milagre brasileiro". As ações empreendidas pela oposição mais direta aos governos militares foram importantes para a posterior solução de abertura, uma vez que o controle da subversão foi conseguido pelo aumento da repressão.¹⁸ Quanto mais ganhava visibilidade o autoritarismo, maior se tornava a crise política. No primeiro momento, a distensão foi concebida como saída para a crise em que se encontrava mergulhada a corporação militar. Tal crise foi o resultado de divergências internas acerca de como deveriam ser tratados os movimentos de esquerda. Foi justamente a ação da oposição que informou a montagem do aparelho repressivo. Sem reconhecer a relevância da oposição não seria possível compreender a crise de comando e hierarquia que tornou impensável a permanência dos militares no comando político do Estado.

19

¹⁶ Idem, p.314.

¹⁷ Daniel Aarão Reis Filho já chamou a atenção para a importância do termo distensão, utilizado pelo General Geisel, na compreensão da abertura política. Distender significa tornar mais elástico o sistema. Mas não mudá-lo. REIS FILHO, Daniel Aarão. Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil. *Colóquio sobre impunidade da Fundação Humberto Delgado*. Lisboa, 21 de março de 1999, p.3.

¹⁸ As manifestações e pressões políticas que os opositores dos governos militares protagonizaram foram importantes tanto para o planejamento do projeto de distensão, como para a efetivação da abertura propriamente dita. O crescimento da oposição civil aos governos militares foi condicionante para a decisão da abertura também porque a corporação militar, temendo a eclosão de um movimento de ruptura radical com a ordem proposta desde 1964, resolveu controlar a redemocratização para evitar que a configuração política do país saísse completamente do controle.

¹⁹ Dentre a vasta literatura acerca do tema da abertura política citamos: ABRANCHES. *Crise e transição*: uma interpretação do movimento político nacional; CRUZ; MARTINS. *De Castelo a Figueiredo*: uma incursão na pré-história da abertura; FERREIRA; DELGADO (orgs.). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX; LAMOUNIER. *O Brasil autoritário revisitado*: o impacto das eleições sobre a abertura; MELO. *A formação das políticas públicas e a transição democrática*; O'DONNELL. *Transições do regime autoritário*; OLIVEIRA. *De Geisel a Collor*: Forças Armadas, transição e democracia; SADER. *Movimentos sociais na transição democrática*; SKIDMORE. *A lenta via brasileira para a democratização*; KRISHKE (org.). *Do "milagre" à "abertura"*; KUSINSKI. *Abertura*: a história de uma crise; LAMOUNIER; FARIA. *O futuro da abertura*: um debate; ROUQUIE; SCHARZER (orgs.). *Como renascem as democracias*.

E assim nos deparamos com a constatação inevitável: a ênfase na crise interna das Forças Armadas para o final do autoritarismo em detrimento da importância dos movimentos sociais contribui para a consolidação da crença e do imaginário político de que a sociedade em geral é incapaz de decidir os destinos da nação.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Crise e transição: uma interpretação do movimento político nacional*. *Revista Ciências Sociais*, v.25, n.3, Rio de Janeiro, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo – questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez, 1992.

CRUZ, Sebastião C. Velasco; MARTINS, Carlos Estevão. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Luciana A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-42. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4)

KRISHKE, P. (org.). *Do “milagre” à “abertura”*. São Paulo: Cortez, 1981.

KUCINSKI, B. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

LAMOUNIER, Bolívar. *O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil. Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 83-134.

LAMOUNIER, Bolívar. *O futuro da abertura: um debate*. São Paulo: Cortez, 1981.

O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P.(eds). *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: UEL, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil. *Colóquio sobre impunidade da Fundação Humberto Delgado*. Lisboa, 21 de março de 1999.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. (Série Descobrimdo o Brasil)

ROUQUIÉ, Alain, SCHARZER, S. (orgs.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SADER, Eder. *Um rumor de botas – a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 27-81.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.